

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de Preços para aquisição de kits de materiais de limpeza.

2. JUSTIFICATIVA

Trata-se de aquisição de kits de materiais de limpeza, destinados ao atendimento de famílias atingidas pelas fortes chuvas nos municípios de todo estado de Minas Gerais.

Diante de catástrofes que ocorrem em períodos chuvosos, centenas de famílias ficam desabrigadas e desalojadas, tornando-se imprescindível, prover a elas condições para a manutenção da segurança e minimização dos impactos vivenciados nessas situações. Desta forma, a aquisição dos kits de materiais de limpeza busca promover o conforto e resgatar a dignidade das pessoas em situação de vulnerabilidade, mostrando alinhamento com a finalidade institucional.

Os referidos kits adquiridos pelo Sesc, serão doadas por meio do Programa Sesc Mesa Brasil, visando melhorar as condições de vida da coletividade, especialmente das classes com menor renda.

As doações dos materiais, cuja aquisição será realizada por este certame, serão realizadas pelo Sesc em Minas em cumprimento de umas das suas finalidades precípua: a assistência e transformação social.

O caráter assistencial do Sesc está em seu próprio DNA!

O art. 1º do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, que atribuiu à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar e organizar o SESC, assim dispõe sobre a atividade da instituição:

Art. 1º - Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de criar o Serviço Social do Comércio (SESC), com a finalidade de planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciantes e suas famílias, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade.”

§ 1º - Na execução dessas finalidades, o Serviço Social do Comércio terá em vistas, especialmente, a **assistência** em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte); providências no sentido da defesa do salário real dos comerciantes; incentivo à atividade produtora;

realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem, pesquisas sociais e econômicas.

Essas medidas **de caráter assistencial**, foram reiteradas por ocasião de sua regulamentação, por intermédio do Decreto nº 61.836, de 5 de dezembro de 1967, que aprovou o Regulamento do Sesc, nos termos de seus artigos 1º a 3º, a seguir transcritos:

Art. 1º - O Serviço Social do Comércio (SESC), criado pela Confederação Nacional do Comércio, nos termos do Decreto-lei nº 9.853, de 13 de setembro de 1946, tem por finalidade estudar, planejar e **executar medidas que contribuam para o bem-estar social e a melhoria do padrão de vida dos comerciários e suas famílias e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico da coletividade**, através de uma ação educativa que, partindo da realidade social do país, exercite os indivíduos e os grupos para adequada e solidária integração numa sociedade democrática, devendo, na execução de seus objetivos, considerar, especialmente: **a) assistência em relação aos problemas domésticos (nutrição, habitação, vestuário, saúde, educação e transporte);**

b) defesa do salário real dos comerciários;

c) pesquisas sócio-econômicas e realizações educativas e culturais, visando à valorização do homem e aos incentivos à atividade produtora;

Parágrafo único – A instituição desempenhará suas atribuições em cooperação com os órgãos afins existentes no Ministério do Trabalho e Previdência Social, e quaisquer outras entidades públicas ou privadas de serviço social.

Art. 2º - A ação do SESC abrange:

a) o trabalhador no comércio e atividades assemelhadas, e seus dependentes;

b) os diversos meios ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

Art. 3º - Para a consecução dos seus fins, incumbe ao SESC:

a) organizar os serviços sociais adequados às necessidades e possibilidades locais, regionais e nacionais;

b) utilizar os recursos educativos e assistenciais existentes, tanto público como particulares;

c) estabelecer convênios, contratos e acordos com órgãos públicos, profissionais e particulares;

(...)

h) realizar, direta ou indiretamente, no interesse do desenvolvimento econômico-social do país, estudos e pesquisas sobre as circunstâncias vivenciais dos seus usuários sobre a eficiência da produção individual e coletiva, sobre aspectos ligados à vida do trabalhador e sobre as condições sócio-econômicas das comunidades;

i) servir-se dos recursos audiovisuais e dos instrumentos de formação da opinião pública, para interpretar e realizar a sua obra educativa e divulgar os princípios, métodos e técnicas de serviço social;

j) promover, por processos racionais e práticos, a aproximação entre empregados e empregadores; e

l) desenvolver programas nos âmbitos da educação, cultura, saúde, **assistência** e lazer; nesta última categoria inclusas as atividades de turismo em suas diversas modalidades.

E sobre o prisma da aplicação dos recursos do Sesc, o que inclui os que serão utilizados na contratação ora pretendida, o art. 34 do Regulamento do Sesc, aprovado pelo Decreto nº 61.836/1967, determina que:

Art. 34 - Nenhum recurso do SESC, quer na administração nacional, quer nas administrações regionais, será aplicado, seja qual for o título, **senão em prol das finalidades da instituição**, de seus beneficiários, ou de seus servidores, na forma prescrita nesse regulamento.

Mas, não é só!

As Diretrizes Gerais de Ação do Sesc, aprovadas pela Resolução CN Sesc n.º 1.065/2004 estão sendo observadas na pretensa contratação, como, brevemente, passamos a discorrer.

Quanto aos destinatários das atividades realizadas e oferecidas pelo Sesc, reza as referidas **diretrizes** que devem ser priorizado o atendimento ao comerciário de menor renda e seus dependentes, mediante o estabelecimento de critérios relativos que assegurem essa preferência.

O Sesc identifica, ainda, pelas suas diretrizes gerais de ação, o desenvolvimento da assistência, relacionada às ações no campo da saúde, incluindo aí questões atinentes à nutrição, tratada no Sesc Programa Mesa Brasil, como um dos contextos importantes para desenvolver sua ação programática.

Ressalta-se, ainda que um dos campos de ação do Sesc estabelecidos nas suas diretrizes gerais é o campo da saúde. Para ilustrar a importância deste campo, transcrevemos um trecho das diretrizes para tal ação institucional desta Entidade, *in verbis*:

Cabe ao SESC, no entanto, nos limites de sua ação programática, buscar formas que possibilitem contribuir para o alcance desse objetivo e, conseqüentemente, para a redução das demandas, notadamente da sua clientela de menor renda, por ações de caráter curativo e de suplementação, às quais os serviços de saúde públicos e privados não conseguem atender quantitativa e qualitativamente em níveis desejáveis, entre os quais os mantidos pelo próprio SESC.

(*in item 8.2 das Diretrizes Gerais de Ação do Sesc, aprovado pela Resolução Sesc nº 1.065/2004*)

Nesse contexto, está plenamente justificada a pretendida contratação, que possibilitará que o Programa Sesc Mesa Brasil, por meio de doações, dê suporte à população mais vulnerável socioeconomicamente, especialmente neste em contexto de calamidade pública, atingindo, por conseguinte, esse objetivo de caráter assistencial da instituição.

2.1. Optou-se por realizar a licitação por meio de registro de preços em razão da imprevisibilidade da demanda, uma vez que o consumo está diretamente ligado a necessidade da população em função de catástrofes ocasionadas em períodos chuvosos.

3. EPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS

3.1. 50.000 unidades de kits de materiais de limpeza, conforme especificações e quantidades de itens das tabelas abaixo:

Kit - MATERIAIS DE LIMPEZA			
PRODUTOS QUE DEVEM CONTER NO KIT			
ITEM	PRODUTO	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO
1	Água sanitária	50.000	Água sanitária com ação alvejante, desinfetante e bactericida. Líquida, composição: hipoclorito de sódio, hidróxido de sódio, cloreto de sódio e água. Teor de cloro ativo: 2,0% a 2,5% p/p. Produto à base de cloro. Frasco de 1 litro – validade de 06 meses
2	Desinfetante	50.000	Desinfetante Líquido para uso em geral com alto poder bactericida e germicida de alta qualidade. Frasco de 2 litros – validade de 06 meses
3	Esponjas (bucha)	50.000	Esponja dupla face, esponja para limpeza pesada, espuma de poliéster, verde e amarela, matéria prima: espuma de poliuretano e fibra sintética com abrasivo, dimensões de 110 mm x 75 mm x 20 mm (permitida variação no tamanho de até 10% para mais ou para menos), pacote com 04 unidades
4	Sacos de Lixo	50.000	Saco de Lixo P/uso Doméstico; de Polietileno, Reforçado, Fundo Reto; Com Capacidade de 100 Litros; Medindo 75cm largura x 105cm altura; preto; pacote com 10 unidades.
5	Sabão em barra	50.000	Sabão em barra glicerinado, pacote com 05 unidades de 200g cada

6	Panos de Chão	50.000	Pano para limpeza tipo saco, duplo, lavado e alvejado, forte, grosso, com alta absorção, 100% algodão, de 1ª qualidade. Medidas: mínimo de 80 cm x 50 cm – pacote com 02 unidades
7	Álcool gel 500 ml	50.000	Álcool etílico 70% - desinfetante à base de álcool etílico a 70%, indicado para superfícies fixas, antissepsia da pele em procedimento de médio e baixo risco; Frasco de 500 ml.
8	Embalagem personalizada do kit	50.000	Os kits deverão ser entregues em fardos com plástico transparentes resistentes ou caixas de papelão devidamente identificadas com a logomarca do Sesc Mesa Brasil e do Sistema Fecomércio, colorido e em alta resolução, que serão enviadas pelo Sesc em Minas e deverão ser validadas, antes de impressas na embalagem.
TOTAL DE ITENS POR KIT			7

4. OBRIGAÇÕES/RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DAS PARTES ENVOLVIDAS (CONTRATADA E CONTRATANTE)

4.1. Os kits deverão ser entregues em fardos com plástico transparentes resistentes ou caixas de papelão devidamente identificadas com **a logomarca do Sesc Mesa Brasil e do Sistema Fecomércio, colorido e em alta resolução, que serão** enviadas pelo Sesc em Minas e deverão ser validadas, antes de impressas na embalagem.

4.2. A embalagem plástica ou de papelão utilizada deve ser feita de material que garanta a integridade e a inocuidade dos componentes e permitam o empilhamento adequado para o armazenamento e transporte, conforme critérios estabelecidos pela empresa produtora dos kits, sendo vedada à reutilização de embalagens.

4.3. Nos rótulos das embalagens primárias, deverão estar impressas, de forma clara, as seguintes informações:

- a. Nome do produto e marca;
- b. Identificação da origem (razão social, CNPJ e endereço completo do fabricante e/ou distribuidor e/ou importador, no caso produtos importados);
- c. Data de validade ou prazo de validade acompanhado da data de fabricação e, identificação do lote (quando aplicável);
- d. Lista de ingredientes;
- e. Conteúdo líquido;
- f. Condições de armazenamento e prazo máximo para utilização após a abertura da embalagem.;

4.4. Não serão aceitas ofertas de produtos em condições diferentes das solicitadas;

4.5. Todos os produtos cotados deverão obedecer às normas de legislação vigentes da Vigilância Sanitária;

4.6. A contratante poderá solicitar Alvará de funcionamento expedido pela Secretaria Municipal do domicílio ou sede da empresa licitante vencedora, não será aceito dispensa de alvará sanitário para este tipo de atividade.

4.7. A contratada será responsável por transportar, carregar e descarregar os kits nos espaços indicados pela contratante.

4.8. A contratada deverá apresentar documento fiscal válido, correspondente ao fornecimento dos kits, no momento da entrega.

4.9. Os itens entregues serão recebidos provisoriamente, na data da efetiva entrega.

4.10. O recebimento definitivo acontecerá após a verificação da conformidade dos materiais entregues com as especificações constantes deste documento e proposta, e sua consequente aceitação, ocorrerá em até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório.

5. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS

5.1 Caso seja constatado que o produto esteja impróprio para o uso e dele decorram danos, o fornecedor deverá arcar com todas as despesas decorrentes, inclusive as despesas referentes às análises laboratoriais, se necessário.

6. PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

6.1. A entrega será realizada nos endereços descritos no Anexo II, conforme demandado pela contratante.

6.2. As quantidades serão definidas posteriormente e informadas a contratada, quando da necessidade da aquisição, não gerando a obrigatoriedade do Sesc em Minas em adquirir os produtos, considerando se tratar de Registro de Preços.

6.3. O fornecedor será responsável por transportar, carregar e descarregar os materiais e acondicioná-los no espaço indicado pela contratante.

6.4. O prazo de entrega de cada entrega será de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de envio do Pedido de Compra, independentemente da confirmação de recebimento pela Contratada.

6.5. A Contratada deverá realizar a confirmação de recebimento do pedido em até 2 (dois) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no instrumento contratual.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado de acordo com a data de emissão da nota fiscal, seguindo os seguintes critérios após o atesto da nota fiscal:

7.1.1. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 06 e 15 do mês corrente serão pagas no dia 05 do mês subsequente;

7.1.2. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 16 e 25 do mês corrente serão pagas no dia 15 do mês subsequente;

7.1.3. As Notas Fiscais emitidas entre os dias 26 e 05 do mês corrente serão pagas no próximo dia 25.

7.2. A nota fiscal somente será liquidada após o recebimento definitivo.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou correção monetária.

7.4. O pagamento deverá ocorrer exclusivamente por meio de crédito bancário. Não serão aceitos boletos ou outra forma de pagamento

7.5. Os dados bancários deverão obrigatoriamente constar na nota fiscal e deverão ser da mesma titularidade da CONTRATADA.

8. SUBCONTRATAÇÃO

8.1. A Contratada poderá subcontratar apenas o serviço de transporte dos produtos.

9. PENALIDADES

9.1. As condições de aplicação das penalidades serão previstas na ata de registro de preços, devendo garantir a possibilidade de multa moratória e compensatória, suspensão do direito de licitar com o Sesc em Minas.

10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. Menor preço por lote.

10.2. A escolha de "menor preço por lote" deve-se ao fato da necessidade do Sesc em obter os materiais em forma de kits. A compra do kit completo permite melhor gestão e logística de distribuição, otimizando tempo e recurso. Além disso, o critério de menor preço por lote incentiva a participação de diversos fornecedores no

processo licitatório, promovendo a competitividade, garantindo maior transparência e assegurando que a instituição obtenha a melhor oferta disponível no mercado.

11. VIGÊNCIA

11.1. Prazo de vigência da ata de registro: 12 meses, contados da assinatura, com possibilidade de prorrogação até 36 meses, desde que os preços se mantenham vantajosos, nos termos da Resolução do Sesc nº 1.593/24

11.2. Os quantitativos iniciais serão reestabelecidos a cada prorrogação.

12. REAJUSTE

12.1. Os preços registrados na ata poderão ser reajustados por acordo entre as partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou no caso de sua extinção, por outro indexador que venha substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses contados da data da proposta de preços apresentada pela Contratada ou do último reajuste.

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. Sem prejuízo ou dispensa das obrigações do licitante vencedor, o Sesc Minas exercerá ampla supervisão, controle e fiscalização sobre a execução da ata de registro de preços, através de equipe própria de prepostos seus, devidamente credenciados, ou empresa contratada.

13.2. A execução do objeto da presente licitação, será acompanhada pelo fiscal designado pelo Sesc em Minas Gerais.

14. GESTOR DO CONTRATO

14.1. Gerência de Ação Social

Anexo II – Endereços para entregas dos Kits

Nº	Unidade	Cidade	Endereços
1	Mesa Brasil Central e Centro Oeste	Belo Horizonte	Av. Contorno nº 525 - Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30.110-001
2	Mesa Brasil Norte de Minas	Montes Claros	Rua Gabriel Passos, s/n - Centro - Montes Claros/MG - CEP: 39400-634
3	Mesa Brasil Triângulo	Uberlândia	Rua Prata 990 - bairro Aparecida - Uberlândia - MG - CEP: 38400-633
4	Mesa Brasil Zona da Mata	Juiz de Fora	Rua Carlos Chagas nº 100 - Centro - Juiz de Fora - MG - CEP: 36.025-010
5	Mesa Brasil Alto Paranaíba	Patos de Minas	Rua Major Gote nº 1.411 - Centro - Patos de Minas - MG - CEP: 38.700-001
6	Mesa Brasil Noroeste	Paracatu	Rua Euridamas A. de Barros nº 347, - Lavrados - Paracatu - MG CEP: 38.600-001
7	Mesa Brasil Sul de Minas	Varginha	Rua Joaquim de Oliveira Tatim, nº 1001, Jardim Ribeiro, Varginha/MG CEP: 37068.000
8	Mesa Brasil Rio Doce	Governador Valadares	Avenida Veneza, 877, Bairro Grã-Duquesa - Governador Valadares - MG CEP 35.057-730
9	Mesa Brasil Teófilo Otoni	Teófilo Otoni	Rua Sidonio Otonio, 3163, Jardim Serra Verde, Teófilo Otoni - MG CEP 39.801-500

Anexo III – Modelo de Proposta

Razão Social da Contratada:

Endereço:

CNPJ:

E-mail:

Telefone:

Responsável pela elaboração da proposta:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Água sanitária	Un	50.000		
2	Desinfetante	Un	50.000		
3	Esponjas (bucha)	Un	50.000		
4	Sacos de Lixo	Un	50.000		
5	Sabão em barra	Un	50.000		
6	Panos de Chão	Un	50.000		
7	Álcool gel 500 ml	Un	50.000		
8	Embalagem personalizada do kit	Un	50.000		

Declaramos que estamos de acordo com os seguintes itens:

- 1) No preço acima estão inclusos todos os impostos, seguros, frete, taxas e quaisquer outras despesas relacionadas ao objeto.
- 2) A proposta apresentada contempla todas as exigências formais, especificações e condições constantes no Termo de Referência.
- 3) Esta proposta tem validade de, no mínimo, **90 (noventa) dias**.
- 4) O abaixo assinado declara estar ciente de que não lhe caberá direito de exigir nenhuma multa ou indenização financeira, caso o Sesc em Minas decida não o contratar.

Inserir local e data

(Nome do representante legal da empresa)

OBSERVAÇÕES: Este documento deverá ser preenchido preferencialmente em papel timbrado da empresa licitante e estar devidamente assinado por seu representante legal. Quando não for em papel timbrado, deverá constar o carimbo com CNPJ dessa empresa. A licitante deverá indicar na proposta o nome, contato telefônico e-mail do preposto.